



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

Processo n.º: 5.324/2018-e

Origem: Governadoria do Distrito Federal
Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal –
DER/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação formulada pela Exma. Deputada Distrital Celina Leão, acerca de possíveis danos causados à população local em decorrência de aventada negligência por parte das autoridades mencionadas, Exmo. Governador do Distrito Federal e o então Diretor-Geral do DER/DF, sobre o desabamento ocorrido no dia 06.02.2018, de parte do viaduto localizado no Eixo Rodoviário Sul de Brasília, na altura da Galeria dos Estados, requerendo que o Tribunal, dentro de suas competências constitucionais, promova procedimento no intuito de apurar possíveis responsabilidades pelos fatos. Admissibilidade. Decisão n.º 457/2018: tomar conhecimento da Representação formulada pela Exma. Deputada Distrital Celina Leão; com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, conceder ao Chefe do Poder Executivo local, ao DER/DF e à Novacap a oportunidade de apresentarem esclarecimentos quanto aos fatos apontados na exordial, no prazo de 15 (quinze) dias; dar ciência desta decisão à i. Representante; autorizar o envio de cópia da representação às jurisdicionadas, para subsidiar o cumprimento da diligência, e o retorno dos autos à Semag/TCDF, para as providências de sua alçada. Requerimentos formulados por entidades representativas dos servidores do DER/DF pleiteando a apuração das responsabilidades pelo desabamento de parte do Viaduto da Galeria dos Estados, ocorrido no dia 06.02.2018. Ingresso da Representação n.º 2/2018-DA, formulada pelo *Parquet* especial, requerendo a realização dos procedimentos de fiscalização necessários para apurar a responsabilidade dos entes/órgãos distritais e seus dirigentes pelo desabamento do viaduto da Galeria dos Estados. Decisão n.º 743/2018: conhecer da Representação n.º 2/2018-DA; tomar conhecimento dos expedientes formulados por entidades representativas dos servidores do DER/DF, informando-lhes sobre o objeto de exame dos presentes autos, e que as futuras tramitações deste feito poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF-Push; fixar prazo de 15 (quinze) dias para manifestação do Chefe do Poder Executivo local, do DER/DF e da Novacap quanto ao teor da novel representação, bem como para a apresentação de esclarecimentos pelo ex-Diretor-Geral do DER quanto ao teor da Representação n.º 2/2018-DA e da representação formulada pela parlamentar distrital; dar ciência da decisão que vier a ser prolatada ao Representante do MPjTCDF e à Exma. Deputada Distrital Celina Leão; e autorizar o envio de cópia de peças dos autos aos interessados e o retorno do feito à Semag/TCDF, para providências pertinentes. Fato superveniente: ingresso de pedido da Associação dos Engenheiros do DER/DF – Assender para ser habilitada como interessada no processo, a teor do art. 119 do RI/TCDF. **Nesta fase:** análise do pleito da Assender. Unidade instrutiva propõe o indeferimento do pedido, posto que ausentes os requisitos regimentais. VOTO convergente.

**RELATÓRIO**

O presente processo foi autuado em razão da **representação** formulada pela **Exma. Deputada Distrital Celina Leão**, acerca dos possíveis danos causados à população local em decorrência de aventada negligência por parte das autoridades mencionadas, Exmo. Governador do Distrito Federal e o então Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, sobre o desabamento ocorrido no dia 06.02.2018, de parte do viaduto localizado no Eixo Rodoviário Sul de Brasília, na altura da Galeria dos Estados, requerendo que o Tribunal, dentro de suas competências constitucionais, promova procedimento no intuito de apurar possíveis responsabilidades pelos fatos (e-DOC 5F31F960-c).

Na Sessão Ordinária n.º 5.016, de 20.02.2018, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 457/2018** (e-DOC F318098A-e), com o seguinte teor:

*“I – **tomar conhecimento: a) da Representação de e-DOC 5F31F960-c, formulada pela Exma. Deputada Distrital Celina Leão; b) da Informação n.º 05/2018-Semag (e-DOC 9E1636CF-e); II – com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, conceder ao Chefe do Poder Executivo local, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap a oportunidade de apresentarem a esta Corte os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos fatos apontados na representação em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias; III – dar ciência desta decisão à ilustre Representante; IV – autorizar: a) o envio de cópia da representação a que alude o item I.a à Governadoria do Distrito Federal, ao DER/DF e à Novacap, para subsidiar o cumprimento do item II; b) o retorno dos autos à Semag/TCDF, para as providências de sua alçada**”* (grifos acrescidos).

Posteriormente, na Sessão Ordinária n.º 5.019, de 1º.03.2018, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 743/2018** (e-DOC F80531D1-e), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **tomar conhecimento: a) da Representação n.º 2/2018 – DA (e-DOC 9B83E5F0-e), formulada pelo Parquet especial, requerendo a realização dos procedimentos de fiscalização necessários para apurar a responsabilidade dos entes/órgãos distritais e seus dirigentes pelo desabamento do viaduto da Galeria dos Estados, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade constantes do art. 230 do RI/TCDF; b) dos requerimentos (e documentos anexos) formulados por entidades representativas dos servidores do DER/DF (eDOCs BAF08927-c e 15DA6CB2-c), informando-lhes que a apuração das responsabilidades pelo desabamento de parte do Viaduto da Galeria dos Estados, ocorrido no dia 06.02.2018, será objeto de exame nos autos em apreço, podendo as futuras tramitações do feito serem acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) da Informação n.º 07/2018 – SEMAG (e-DOC 0B6700BE-e); II – com base no § 7º do art. 230 do RI/TCDF, fixar prazo de 15 (quinze) dias: a) ao Chefe do Poder***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

Executivo local, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap para que apresentem esclarecimentos quanto ao teor da exordial; b) ao ex-Diretor-Geral do DER/DF, Senhor Henrique Ludovice, para que apresente esclarecimentos quanto ao teor da Representação n.º 2/2018 – DA e da representação formulada pela Exma. Deputada Distrital Celina Leão; III – dar ciência desta decisão aos signatários da representação que inaugurou os autos em exame e da Representação n.º 2/2018 – DA; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação n.º 2/2018 – DA, do relatório/voto do Relator e desta decisão aos destinatários mencionados nos itens “II-a” e “II-b” anteriores; b) encaminhamento de cópia da Decisão n.º 457/2018 (e-DOC F318098A-e), do relatório/voto constante do e-DOC 844AA5AA-e e da representação que inaugurou os autos (e-DOC 5F31F960-c) ao destinatário mencionado no item “II-b” precedente; c) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – Semag/TCDF, para providências pertinentes” (destaquei).

Na sequência, por intermédio dos Despachos Singulares n.ºs 160/2018-GCIM, 180/2018-GCIM e 221/2018-GCIM (e-DOC A94AB210-e, BD4C9784-e e 13256BCF-e, respectivamente), foram deferidas prorrogações de prazo requeridas pelos responsáveis para atendimento das diligências contidas nos itens II da Decisão n.º 457/2018 e II da Decisão n.º 743/2018.

Também mediante esse último despacho singular supramencionado, determinei o retorno dos autos à unidade instrutiva para que se manifestasse acerca da presença, neste feito, de direito subjetivo a respaldar peticionamento da Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – Assender, protocolado nesta Corte no dia 25.04.2018, por meio do qual requereu ser habilitada como interessada neste processo (e-DOC 1C520E35-c).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública/TCDF, após contextualizar o feito, manifestou-se por meio da Informação n.º 14/2018-GAB/SEMAG (e-DOC C63FD7C-e), conforme a seguir:

“7. Em 25.04.18, ingressou nesta Corte documento da Assender – Associação dos Engenheiros do DER contendo pedido de habilitação nos autos como interessada (peça 73). Novo pedido de prorrogação de prazo foi formulado pelo Sr. Henrique Ludovice (peça 74). Por meio do Despacho Singular nº 221/18 – GCIM (peça 76), foi concedida a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. Ludovice. Quanto ao documento da Assender, foi determinado o retorno dos autos a esta Semag para manifestação acerca da presença, neste feito, de direito subjetivo a respaldar a habilitação de terceiro interessado para intervir no processo. Segue adiante a manifestação da Semag sobre a demanda.

8. Os argumentos da Assender para justificar seu ingresso nos autos como terceira interessada são os transcritos a seguir:

Desde a queda do Viaduto da Galeria dos Estados, ocorrida no dia 06.02.2018, esta Associação vem se pronunciando quanto ao

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

ocorrido, tendo emitido 03 (três) Notas de Esclarecimento à população (anexas), com o intuito de demonstrar a veracidade dos fatos que culminaram no fatídico acontecimento.

As ações voltadas às obras de correção do Viaduto da Galeria dos Estados vêm sendo tomadas sem qualquer tipo de consulta ao Corpo Técnico do DER/DF, que é de reconhecida qualificação, e está totalmente apartado dos debates em torno das melhores alternativas de ação no âmbito do Governo, não tendo sequer participado da elaboração da manifestação encaminhada a esta Corte de Contas em 29/03/2018, dentro desses autos. A exemplo da sociedade, os servidores do DER/DF tomaram conhecimento das decisões de Governo, para a recuperação do Viaduto, por meio da Imprensa.

Registramos que desde o ano de 2011, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, via Secretaria de Obras, hoje, Infraestrutura, a responsabilidade sobre a Ampliação e Restauração da Galeria dos Estados, envolvendo restauração dos Viadutos do Eixo Rodoviário Sul, Eixo L e Eixo W, assim como das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, sonorização, CFTV e cabeamento estruturado encontravam-se sob a responsabilidade de Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

Neste diapasão, anexamos também, a este requerimento, Ata da Audiência Pública para debater a Patologia das Construções Públicas, realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, realizada em 19/11/2012, onde é afirmado, dentre outras, que "a NOVACAP já teria data marcada para contratar o projeto executivo de recuperação da Galeria dos Estados". Anexamos também, Relatório elaborado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA-DF intitulado Propostas do Crea-DF para o Governo do Distrito Federal, onde na sua 5ª proposta (Implantar um programa de manutenção preventiva e corretiva de Obras de Artes Especiais), em seu anexo I, se afirma que "a NOVACAP já possui levantamento de algumas obras, chegando até a licitar a recuperação de três viadutos próximos a Rodoviária. A condição patológica do viaduto sobre a Galeria dos Estados também já foi levantada e será objeto de providências imediatas, conforme informação de seus representantes nesse grupo ...", já no seu anexo II, consta "Na malha urbana as obras de arte desde sua construção até a manutenção e o reparo são da esfera da NOVACAP. Ao DER-DF, as mesmas funções se aplicam as obras de arte do restante da malha rodoviária".

Alegamos ser mister a participação desta Associação nos autos em questão, por representar os servidores do DER/DF, diretamente interessados nesse deslinde processual.

9. O art. 119 do atual Regimento Interno deste Tribunal – RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 296/16, contempla disposições a respeito do ingresso do terceiro interessado em processos desta Corte, nos seguintes termos:

Art. 119. A habilitação de interessado em processo será efetivada mediante o deferimento, pelo relator, de pedido de ingresso formulado por escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º O interessado deverá demonstrar em seu pedido, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir no processo.

§ 2º O relator indeferirá o pedido que não preencher os requisitos do parágrafo anterior.

§ 3º É facultado ao interessado, na mesma oportunidade em que solicitar sua habilitação em processo, requerer a juntada de



documentos e manifestar a intenção de exercitar alguma faculdade processual.

§ 4º Ao deferir o ingresso de interessado no processo, o relator fixará prazo de até quinze dias, contado da ciência do requerente, para o exercício das prerrogativas processuais previstas neste Regimento, caso o interessado já não as tenha exercido.

10. De acordo com o dispositivo, para que terceiro interessado possa intervir em processos no âmbito desta Corte é necessário que o pedido seja formulado por escrito, devidamente fundamentado, bem como que seja demonstrada, de forma clara e objetiva, a razão legítima para intervir no processo.

11. O presente processo cuida de Representações formuladas pela Exma. Sra. Deputada Celina Leão e pelo Exmo. Sr. Procurador Demostenes Tres Albuquerque, do MPC/DF. A primeira requer desta Corte a apuração de responsabilidade direcionada especificamente ao atual Governador do DF e ao ex-Diretor-Geral do DER, Sr. Henrique Ludovice. A segunda pede a apuração de responsabilidade dos órgãos envolvidos e de seus dirigentes.

12. Portanto, não há nos autos qualquer menção à responsabilização generalizada de servidores do DER, nem tampouco à responsabilização específica da Assender. Desse modo, s.m.j., não caberia à referida Associação ingressar nos autos com o intuito de defender genérica e aleatoriamente servidores daquela autarquia, tampouco manifestar-se favorável ou contrariamente em relação a qualquer outro interessado, órgão e entidade que estejam diretamente envolvidos no presente Processo, podendo, até mesmo, vir a causar tumulto processual e transtornos indesejáveis aos que, de fato, estariam diretamente envolvidos nas apurações de responsabilidade a serem levadas a efeito no presente foro.

13. Além do mais, não consta do requerimento e demais documentos juntados aos autos pela Assender procuração ou disposição estatutária a respaldar sua legitimidade em agir judicialmente ou administrativamente perante esta Corte, seja em nome de um, de outro, ou de todos os seus associados. Com efeito, carece à Associação a legitimidade para atuar em nome de seus associados ou em nome próprio no presente foro, estando ausentes neste feito a fundamentação e a demonstração, clara e objetiva, do direito subjetivo a respaldar a sua razão legítima para habilitação como terceiro interessado a intervir nos autos. 14. Por fim, convém noticiar o ingresso nesta Corte de manifestação apresentada pelo Exmo. Sr. Governador do DF, por meio do Ofício SEI-GDF nº 108/2018 – GAG/CJ, da Consultoria Jurídica do Gabinete da Governadoria do DF (peça 79). Aguarda-se, ainda, as manifestações do Sr. Henrique Ludovice para que seja procedida a análise de mérito das Representações”.

Diante disso, ao final da instrução, assim concluiu a área instrutiva:

“15. Em face de todo o exposto, sugere-se o retorno dos autos ao Exmo. Sr. Relator, com a manifestação desta Semag pelo não acolhimento do pedido da Assender para habilitá-la nos autos como terceira interessada (peça 73; e-DOC 1C520E35-c), posto que ausentes neste feito a fundamentação e a demonstração, clara e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

objetiva, do direito subjetivo a respaldar a sua razão legítima para habilitação como terceiro interessado a intervir nos autos”.

É o relatório.



VOTO

O presente processo cuida, originalmente, da **representação** formulada pela **Exma. Deputada Distrital Celina Leão**, acerca dos possíveis danos causados à população local em decorrência de aventada negligência por parte das autoridades mencionadas, Exmo. Governador do Distrito Federal e o então Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, sobre o desabamento ocorrido no dia 06.02.2018, de parte do viaduto localizado no Eixo Rodoviário Sul de Brasília, na altura da Galeria dos Estados, requerendo que o Tribunal, dentro de suas competências constitucionais, promova procedimento no intuito de apurar possíveis responsabilidades pelos fatos.

Lembro que o Tribunal, por meio da **Decisão n.º 457/2018**, tomou conhecimento da exordial e oportunizou a manifestação do Chefe do Poder Executivo local, do DER/DF e da Novacap acerca dos fatos apontados na aludida representação.

Na assentada pretérita, esta Corte de Contas, mediante a **Decisão n.º 743/2018**, conheceu da **Representação n.º 2/2018-DA**, formulada pelo Ministério Público que atua junto a este Tribunal – MPJTCD, da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, por meio da qual requereu a realização dos procedimentos de fiscalização necessários para apurar a responsabilidade dos entes/órgãos distritais e seus dirigentes pelo desabamento do viaduto da Galeria dos Estados. Também foi fixado prazo para pronunciamento do Chefe do Poder Executivo local, do DER/DF e da Novacap quanto ao teor da novel representação, bem como para a apresentação de esclarecimentos pelo ex-Diretor-Geral do DER quanto ao teor da Representação n.º 2/2018-DA e da representação formulada pela parlamentar distrital.

No dia 25.04.2018 foi protocolado no TCDF pedido da Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – Assender para ser habilitada como interessada no presente processo, com fulcro no art. 119 do RI/TCDF.

A entidade associativa afirma, em síntese, que, desde a queda do viaduto da Galeria dos Estados vem se pronunciando, por meio de notas de esclarecimento dirigidas à população, com vistas a informar a realidade dos fatos que culminaram no desabamento.

A Assender aduz que o corpo técnico do DER/DF não foi chamado a participar das decisões governamentais para a recuperação do viaduto e cita responsabilidades que seriam atribuídas à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, mencionando trechos de ata de audiência pública ocorrida na Câmara Legislativa do Distrito Federal em 2012.

Ao final, alega “*ser mister a participação desta Associação nos autos em questão, por representar os servidores do DER/DF, diretamente interessados nesse deslinde processual*”.

A Semag/TCDF, ao empreender exame do pleito da Assender, asseverou que não há nos autos menção à responsabilização generalizada de servidores do DER/DF, nem tampouco à responsabilização específica da Assender.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

Desse modo, afirmou não caber “à referida Associação ingressar nos autos com o intuito de defender genérica e aleatoriamente servidores daquela autarquia, tampouco manifestar-se favorável ou contrariamente em relação a qualquer outro interessado, órgão e entidade que estejam diretamente envolvidos no presente Processo, podendo, até mesmo, vir a causar tumulto processual e transtornos indesejáveis aos que, de fato, estariam diretamente envolvidos nas apurações de responsabilidade a serem levadas a efeito no presente foro”.

A unidade instrutiva acrescentou que não foi apresentada procuração ou disposição estatutária que comprove a legitimidade da Assender em representar seus associados perante esta Corte, e concluiu estarem ausentes a fundamentação e a demonstração, clara e objetiva, do direito subjetivo a respaldar a sua habilitação como terceiro interessado neste processo.

Diante disso, a Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública/TCDF sugeriu o não acolhimento do pedido da Assender, por ausência de preenchimento dos requisitos regimentais necessários.

Após compulsar os autos, entendo que assiste razão ao corpo instrutivo. Por entender que não merecem reparos, incorporo, em essência, às minhas razões de decidir, os fundamentos consignados na instrução, sem prejuízo das considerações que passo a tecer.

Não se desconhece que a própria Constituição Federal prevê que “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente” (art. 5º, inciso XXI), o que denota a relevância das associações no seu mister de defesa de seus representados.

Ademais, sabe-se que a possibilidade de ingresso no processo como interessado privilegia o exercício do contraditório, garantido também constitucionalmente, pois evita que o Estado-juiz decida sem franquear previamente amplas e reais possibilidades de participação àqueles que sentirão, de alguma forma, os efeitos de sua decisão.

Contudo, como bem pontuou o corpo instrutivo, não consta do pedido ora *sub examine* demonstração mínima de que as futuras deliberações deste Tribunal de Contas neste feito possam ter impacto direto ou mesmo indireto na esfera de direitos da classe representada pela peticionária.

Tal carência de fundamentação no pedido decorre, a meu ver, do fato de que as representações objeto do processo tratam de responsabilização. E a imputação de responsabilidade, por ter natureza subjetiva, não pode se dar a toda uma categoria profissional indistintamente.

Em verdade, a apuração de evidências de dolo ou culpa, em ação ou omissão reprováveis, precisa ocorrer sob o prisma da individualização da conduta, posto que a responsabilidade do administrador público é individual.

Assim, o requerido pela Assender se mostra incompatível, ainda, com o que estabelece o art. 9º, inciso III, da Lei n.º 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei n.º 2.834/2001, segundo o qual as associações representativas encontram-se legitimadas para atuar como interessadas em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 5.324/18e

processos administrativos, “*no tocante a direitos e interesses coletivos*” (grifei), o que não está sendo discutido neste processo.

Ademais, nem mesmo eventual conclusão acerca das competências de cada órgão pode ser considerada de interesse de determinado segmento de servidores da autarquia distrital. Mais uma vez, não se vislumbra, do deslinde do processo, potencial lesivo a direito subjetivo de grupo de engenheiros do DER/DF, que não se confundem com a instituição em que laboram.

Posto isso, tenho que o Plenário deve indeferir o pedido formulado pela Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – Assender, por não preencher os pressupostos previstos no art. 119 do RI/TCDF.

Sem embargo, à luz do princípio da verdade material, penso que a Corte pode autorizar a Semag/TCDF a utilizar-se das informações fornecidas pela Assender em anexo ao seu pedido, avaliando se são pertinentes e úteis à formação do juízo de convencimento sobre a matéria tratada nos autos.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) da Informação n.º 14/2018-GAB/SEMAG (e-DOC C63FD7C-e);
 - b) do pedido para ingresso no processo como parte interessada, formulado pela Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – Assender (e-DOC 1C520E35-c), indeferindo-o, ante a ausência de demonstração de razão legítima para intervir no processo, a teor do art. 119, § 1º, do RI/TCDF;
- II. dê ciência da decisão a ser adotada ao subscritor do documento indicado no item I.b;
- III. determine o retorno dos autos à Semag/TCDF, para as providências de sua alçada, autorizando-a a utilizar-se das informações fornecidas em anexo ao pedido de e-DOC 1C520E35-c, avaliando se são pertinentes e úteis à formação do juízo de convencimento sobre a matéria tratada nos autos, em homenagem ao princípio da verdade material.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2018

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator